



Anais da Assembléia

145

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO de 1986.

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 128.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1986.
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Edgard Pimentel.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Geremote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa da discussão e votação da Redação Final para to-

dos os projetos aprovados em 3.^a Discussão, na sessão do dia 03 do corrente ano e nas subsequentes, no período ordinário, e que não sofreram emendas nas suas tramitações.

Sala das Sessões, em 04.12.86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER que seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de congratulações à Empresa União Cascavel de Transporte de Passageiros e Turismo - EUCATUR pela inauguração da linha entre Curitiba e Porto Velho, em Rondônia, ocorrida no dia 03 do mês vigente.

Pede ainda, envio de cópia do presente expediente à direção da empresa em Cascavel na pessoa do Sr. Assis Gurgacz - Rua Tancredo Neves, 2222.

Sala das Sessões, em 04.12.86.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O fato se reveste de significativa importância, porquanto ele traduz o arrojo empreendedor do Sr. Assis Gurgacz, Diretor-Presidente da EUCATUR, conceituada empresa de transporte de passageiros, que iniciou suas atividades em 1964 e, hoje, liga o Brasil de Norte a Sul, realizando a aproximação entre Estados e colaborando com a fixação do migrante brasileiro que constrói novas civilizações em outros países.

A EUCATUR se constitui numa empresa que percorre linhas com distâncias superiores a 3.600 Km, constituindo-se em distâncias jamais atingidas por outras empresas do ramo, tanto no Brasil como no exterior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos a Mariluz pela passagem de seu 23.^o aniversário de emancipação político-administrativa com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Joaquim Lopes Gutierrez, Prefeito Municipal; ao Excelentíssimo Senhor Adonias José Dias, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das

agregiações partidárias existentes na cidade.

A criação do município de Mariluz ocorreu através da Lei n. 4.788, em 29 de novembro de 1963, acontecendo a instalação do imóvel municipal em 14 de dezembro do ano seguinte, oportunidade em que foi empossado como Prefeito o Excelentíssimo Senhor Ramiro Rojo Souto.

A partir de tais fatos históricos, Mariluz ganhava sua autonomia política e administrativa, apresentando acelerado processo desenvolvimentista, tendo na agricultura e pecuária a mola propulsora de seu crescimento.

Atualmente, Mariluz é sinônimo de trabalho e prosperidade, fruto da dedicação de seu povo, que herdou dos pioneiros a mesma disposição de luta, capaz de romper todas as dificuldades e barreiras encontradas, principalmente na fase de seu desbravamento. E são estas as razões que levam-me a solicitar o justo e devido registro na Ata da presente sessão, de congratulações a Mariluz que, seguramente, tem sabido cumprir sua missão de crescer visando o bem-estar de nossa gente.

Sala das Sessões, em 04.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder, de votos de congratulações dirigidos a Nova Cantu pelos seus vinte e três anos de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Walmick Pereira; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Vilmar Bósio e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes dos Partidos Políticos existentes na cidade.

Grande parte do Estado do Paraná, no final da década de 50 e início da de 60, apenas iniciara o desbravamento. A região onde situa-se atualmente Nova Cantu começou a receber, naquele período, a presença de algumas expedições de homens e suas respectivas famílias. A chegada deles era conseqüência direta da atração que a terra exercia sobre suas idéias e planos, principalmente pelo alto teor fértil do solo e das condições climáticas, situações que favoreciam extremamente o cultivo.

Em pouco tempo, a localidade possuía inúmeras famílias fixadas à região, permitindo o surgimento de diversas residências e casas comerciais. O rápido crescimento tornou inevitável que, em 29 de novembro de 1963, Nova Cantu fosse elevada à categoria de Município, através da Lei n.

4.788, ocorrendo a instalação do imóvel municipal no ano seguinte, em 14 de novembro de 1964, quando foi empossado seu primeiro Prefeito, o Excelentíssimo Senhor Lindolfo Ferreira Ávila. Foram, sem dúvida, momentos que marcaram historicamente Nova Cantu que, após conquistar sua autonomia desmembrando-se de Roncador, apresentou um ritmo de crescimento que consolidou o desejo de sua gente no sentido de tornar aquele Município capaz de proporcionar reais condições para o bem-estar de todos aqueles que lá quisessem se estabelecer.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, referir-se a Nova Cantu é antes de tudo, falar de exemplos incontáveis de coragem para o desbravamento, da capacidade de tornar uma região produtiva e da força para fazer surgir uma cidade onde o objetivo maior é tornar seus sonhos realidades voltadas para um engrandecimento ainda maior.

Sala das Sessões, 04.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos a Engenheiro Beltrão, pela passagem de seu 32º aniversário de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Anésio José da Rosa; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Luiz Viana Pereira e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes dos Partidos Políticos existentes na cidade.

Das matas verdejantes, se tirava farta madeira. Terras férteis, onde se preparava o solo para o cultivo, são características que marcaram e continuam a destacar a existência de Engenheiro Beltrão, desde o início da década de 30, com a presença dos pioneiros até os dias de hoje com a pujança de seu povo.

Aos trinta e dois anos de emancipação política e administrativa (criado em 26 de novembro de 1954 e instalado no dia 26 de novembro do ano seguinte) o município de Engenheiro Beltrão tem-se desenvolvido de maneira cada vez mais crescente, tendo na agricultura e pecuária as atividades que dão sustentação sócio-econômica, tanto no âmbito local, como também no que respeita ao Estado do Paraná.

A vocação para o trabalho sério e dedicado são características do laborioso e incansável povo de Engenheiro Beltrão, que

no cotidiano dão exemplos constantes e intermináveis de que o sonho dos homens através de sua própria ação pode tornar-se uma realidade concreta.

E são estas razões, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que solicito o registro nos Anais deste Poder, da passagem do 32º aniversário de Engenheiro Beltrão, antes de tudo uma forma de procurar reconhecer o dinamismo daquela sociedade, motivo de orgulho e admiração.

Sala das Sessões, 04.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações a Araruna, pela passagem de seu 31º aniversário de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Osvaldo Valarini; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Doutor Romildo J. de Souza e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes dos partidos políticos existentes na cidade.

Compreendido numa área total de 492.209 Km², o município de Araruna desenvolveu-se ao longo dos anos graças à agricultura, que continua a ser sua maior atividade responsável pelo progresso verificado, destinada não somente às necessidades locais, mas também dando importante parcela dentro da economia do Paraná.

O estágio de crescimento de Araruna não se deu por acaso. Ao contrário disto, foi em função da presença de pessoas, como a dos Senhores João Antônio Rodrigues, Paulo Toledo, Joaquim Emídio de Faria, José Ribeiro, João Martins Tavares, Ernesto Martins Tavares, José Maria de Faria e Sebastião Inácio de Faria que, com suas respectivas famílias, iniciaram o desbravamento da região nos idos de 1948.

A denominação de Araruna foi dada pelo Senhor Sady Silva, funcionário do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná, em 1951. E foi no ano seguinte, que foi elevada à condição de distrito administrativo.

Tendo em vista a rápida povoação, Araruna tornou-se Município de acordo com a Lei n. 253, em 26 de novembro de 1954, ocorrendo a instalação do imóvel municipal, no dia 29 de novembro do ano seguinte, oportunidade em que foi empossado o Excelentíssimo Senhor Darvino Batista Guaranês como primeiro Prefeito Municipal eleito.

Desta maneira, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de

requerer o justo registro nos Anais deste Poder, da passagem dos trinta e um anos de emancipação política e administrativa de Araruna, cumprimentando todo o seu povo, que no dia a dia tem engrandecido ainda mais aquela imensa e rica região.

Sala das Sessões, 04.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos a Janiópolis, pela passagem de seu 24º aniversário de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Brero, Prefeito Municipal; ao Excelentíssimo Senhor Luís Francisco Simões, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes dos partidos políticos existentes na cidade.

Pinhalzinho. Esta foi a primeira denominação da atual Janiópolis. Pinhalzinho chegou à categoria de Distrito de acordo com a Lei n. 36, de dezembro de 1960, evidenciando já naquela época um crescente povoamento.

O rápido desenvolvimento de Janiópolis tornou inevitável sua emancipação política e administrativa, em 20 de outubro de 1961, conforme a Lei n. 4.450, desmembrando-se de Campo Mourão e definitivamente denominada de Janiópolis.

O ano de 1962, foi também um ano histórico para a cidade de Janiópolis quando, em 18 de novembro, foi empossado seu primeiro Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor Oscar de Paula Pereira, um momento que confirmou a concretização de uma antiga luta da comunidade no sentido de conquistar sua autonomia, objetivando desta maneira, um desenvolvimento calcado nos reais interesses de sua gente.

Nos dias de hoje, Janiópolis fora de qualquer dúvida, tem dado uma imprescindível colaboração para o engrandecimento daquela rica e imensa região do Centro-Oeste, tendo como base de sustentação sócio-econômica as atividades agrícolas e pastoris, cujo processo tem permitido galgar sempre novas posições de destaque, conseqüência direta do trabalho incansável e destemido de sua população, vocacionada para o crescimento harmonioso de todas as classes sociais.

Sala das Sessões, 04.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao jornalista Widson Schwartz, que acaba de ser contemplado com o Prêmio BRDE, de Jornalismo Econômico.

A honraria foi concedida em razão de extraordinária reportagem de sua autoria, sobre a importância da "Stevia", onde analisou a produção, em escala industrial, do "Steviosídeo", um adoçante natural trezentas vezes mais doce do que o açúcar de cana, publicada no Suplemento Agrícola do jornal "O Estado de São Paulo".

Widson Schwartz é um dos mais honrados e competentes profissionais da imprensa paranaense e o prêmio com o qual acaba de ser distinguido foi um ato que fez justiça à sua inteligência e dedicação de longos anos nas páginas de nossa imprensa.

REQUEIRO que, a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao jornalista Widson Schwartz, através da "Folha de Londrina", em Londrina, com o aplauso e reconhecimento de todos os Parlamentares com assento neste Legislativo, por tão significativa homenagem.

Sala das Sessões, em 04.12.86.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na Ata da sessão de hoje, um voto de louvor ao jornal "O Paraná", da cidade de Cascavel, pela seriedade de sua linha editorial e pela grande projeção que vem dando à região Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.12.86.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Cada vez mais a imprensa paranaense ganha importância em nosso contexto econômico, político e social.

Ociosos seria destacar o seu papel na formação da opinião pública e, sobretudo, no despertar da consciência política de nossa gente. Nunca é demais, porém, ressaltar o significado dessa contribuição.

E, entre os veículos de divulgação do Estado, forçoso é destacar o jornal "O Paraná", que cada vez mais se impõe como autêntico porta-voz do Oeste paranaense. Sua feição gráfica é moderna e atraente. Sua circulação é ampla. Mas é, especialmente, graças ao seu conteúdo informativo e à seriedade de sua linha editorial que ele se faz credor de admiração e respeito.

Efetivamente, mercê da competência de sua equipe de profissionais, tendo à fren-

te o Diretor EMIR SPAIR, "O Paraná" tem emprestado extraordinária contribuição ao desenvolvimento de Cascavel e de toda a região. Colocando-se à frente dos grandes acontecimentos, analisando com serenidade ou apontando caminhos e soluções, ele é hoje, leitura obrigatória em nosso meio sócio-econômico e político.

Dai, a justiça da homenagem que julgamos oportuno prestar a esse grande jornal, na pessoa de seu Diretor e de seus dedicados colaboradores. A eles, Cascavel e o Oeste do Paraná muito estão a dever.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil, no sentido de reiterar a construção de sede própria para a agência da municipalidade de Iretama.

O presente expediente baseia-se em manifestação do Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins, Prefeito Municipal daquela progressista cidade, que está muito apreensivo quanto à construção de sede própria para a COPEL que, segundo ele, estaria programada para o exercício de 1987, mas que corre até mesmo o risco de não acontecer, tendo em vista a eventual falta de dotação orçamentária.

Neste sentido, cabe reafirmar a importância de Iretama, no contexto regional, apresentando um desenvolvimento que bem justifica a construção de prédio próprio para a COPEL, visando sobretudo melhorar e ampliar o trabalho da Companhia.

Sala das Sessões, em 04.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido ofício dirigido a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a ampliação das instalações da Escola Estadual Vinícius de Moraes - Ensino de 1.º Grau.

Trata-se de uma situação que vem existindo há muito tempo. A falta de mais salas de aulas tem proporcionado inúmeros transtornos em termos de acomodação dos alunos, mas principalmente impossibilitado que muitos jovens possam ter acesso àquele educandário, ante a falta de vagas.

Pelas razões que se apresentam é de se esperar, por parte dessa Fundação e da Secretaria de Estado da Educação, a adoção de medidas que possibilitem a ampliação de suas instalações, sendo este o desejo da comunidade, manifestado através da pessoa do Senhor Odair Meneguetti, antigo morador em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado TELEX ao Excelentíssimo Senhor Dilson Funaro, Ministro da Fazenda, sugerindo o imediato tabelamento das taxas e juros.

Sala das Sessões, em 04.12.86.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Dentre os inúmeros problemas que afligem a Nação, a alta das taxas de juros bancários é um dos mais graves. A ausência de um controle mais rigoroso no setor, acarreta o aumento descontrolado da inflação, pois o tomador que aplica na área de produção, fatalmente repassa os altos custos na ponta final. Torna-se inadiável o tabelamento nas duas pontas: captador e tomador. Hoje, os bancos estão captando a 160 e até 170% ao ano, sendo que as taxas para descontos de duplicatas ou mesmo empréstimos estão beirando aos 10 e 11% ao mês. Há três meses atrás, as taxas variavam de 3,5 até 4% e todos tiveram lucros fantásticos.

Seria oportuno lembrar que no governo Castelo Branco, houve o tabelamento e nenhum banco fechou. Não é o tabelamento dos juros que implica no fechamento de agências. Os casos conhecidos até hoje, provaram a desonestidade e a vileza, como o Sul-brasileiro e a Habitasul.

Sabemos que é um setor delicado, pois, os grandes banqueiros sabem usar o processo de pressão como poucos. Além do mais, o Conselho Monetário Nacional é um "ninho" de banqueiros, sem falar no Presidente do Banco Central que é diretor de um dos mais fortes complexos existentes no País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, requerem a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, da Carta de Intenções, na qual constam as seguintes propostas: a) autorização para o funcionamento das Cooperativas Centrais de Crédito Rural e a retirada das barreiras para o funcionamento das Cooperativas, assim como o apoio do Governo à capitalização da agricultura,

via seu próprio sistema de crédito; b) que seja acelerada a normatização da Caderneta de Poupança Rural (Caderneta Verde) - e, autorizando o BNCC, da mesma forma que o Banco do Brasil, a participar no gerenciamento dessa Caderneta; c) que seja considerado o evento seca do ano agrícola 1985/86, para efeito da definição da taxa progressiva do PROAGRO, nesta safra 1986/87; d) que o Governo proceda a privatização do BNCC com sua destinação ao Sistema Cooperativo de Crédito.

Sala das Sessões, em 04.12.86.

(aa) MÁRIO PEREIRA, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA,
DIRCEU MANFRINATO,
NELSON VASCONCELLOS,
FUAD NACLI, GERNOTE KIRINUS,
EDGARD PIMENTEL, RUBENS BUENO,
WERNER WANDERER, GILBERTO CARVALHO,
BASÍLIO ZANUSSO, SÉRGIO SPADA
e ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 283/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora MARIA DAS DORES WOUK.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.86

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná deve oferecer todo o reconhecimento aos seus mais ilustres filhos, que elevam o nome de nosso Estado em todo o País e, muitas vezes, além de nossas fronteiras.

A Senhora Maria das Dores Wouk, mesmo por adoção, como faz questão de citar, é acima de tudo uma paranaense e uma paranista que abrilhanta a cultura e o saber do Paraná.

O currículo que apresentamos em anexo dispensa maiores comentários. Entendemos que a medida que estamos propondo é a mais justa a esta valorosa paranaense.

"CURRICULUM VITAE"

Maria das Dores Wouk

Nascimento: Minas Gerais (paranaense e paranista por opção)

Casada com o paranaense Prof. Dr. Miguel Wouk

Filhos: Bia Wouk, pintora e

Dr. Antônio Felipe P.F. Wouk, médico veterinário.

I - CURSOS REALIZADOS

A. De graduação:

1. Primário, Secundário e Normal, no Colégio Sacre Coeur de Jesus - Itajubá - Minas Gerais - 1927 a 1938.
2. Superior: Curso de Letras Neo-Latinas, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, de 1946 a 1950.

B. De Extensão Universitária:

1. Didática Geral com o Professor Luiz Alvez de Mattos, Universidade Federal do Paraná - 1957.
2. Fonética, Fonêmica, com o Professor Joaquim Matoso Câmara Jr., na Universidade Federal do Paraná - 1958.
3. Seminário sobre os Meios de Comunicação no Ensino Superior, com os Professores L.J. Tate, James Grasier, Ernst Schlozman, James L. Page - 1962.

C. De Especialização:

1. Alliance Française de Curitiba:
 - a) Língua Francesa - 1951
 - b) Literatura Francesa - 1952
- Diplomas correspondentes:
 - a) Diplôme Supérieur de Langue Française.
 - b) Diplôme Supérieur d'Études Françaises Modernes.
2. Bolsa do Governo Francês para o ensino de Francês no estrangeiro.

Cursos no:

"Centre International d'Études Pédagogiques, em Sèvres - França - 1963.

Curso sobre o ensino audiovisual de línguas no "Centre de Langues Saint Cloud" - França - 1964.
3. Estágio sobre o ensino de Francês para estrangeiros, "Bureau pour l'Enseignement de la Langue et de la Civilisation - Paris - França - 1967.
4. Lingüística Aplicada ao Ensino de línguas - "Institut National des Professeurs de Français à l'Étranger" Paris - França - 1968.
5. Ensino de Francês pelo método "Voix et Images de France", com diploma internacional - Curitiba, 1969.
6. Literatura Francesa Contemporânea, Universidade de Paris Sorbonne - 1967.
7. Técnicas Audiovisuais no Ensino - São Paulo - 1971.
8. Treinamento em Dinâmica de Grupo, pelo Professor Lauro de Oliveira Lima - Curitiba, 1971.
9. Análise de Sistemas, por professores do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais, 1973.
10. Psicologia Aplicada à Educação, por professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 1973.

II - PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS

1. 1º Congresso Nacional de Ensino Audiovisual de Francês, sob o patrocínio do "Bureau pour l'enseignement de la Langue et de la Civilisation - BELC", e do "Centre de Recherches et Diffusion du Français - CREDIF, Belo Horizonte - MG. 1968.
2. 1ª Conferência Nacional de Tecnologia da Educação, Rio de Janeiro - 1971.
3. 1º Encontro Nacional de Doutores de Nível Superior, Brasília - junho de 1972.
4. XXIII Reunião Anual da "Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência" - Curitiba - julho - 1971.
5. II Conferência Nacional de Tecnologia como Participante Honorária, sendo integrante da Mesa Redonda sobre "Tecnologia da Educação e Ensino de Línguas, durante a qual fez uma comunicação sobre Formação de Professores de Línguas - São Paulo, outubro de 1975.
6. Segunda Jornada Brasileira de Pedagogia Francesa, como representante da Universidade Federal do Paraná, dezembro de 1974.
7. II Encontro de Pesquisadores de Aprendizagem da Região Sul, Porto Alegre - RS. - outubro 1975.

III - TÍTULOS ACADÊMICOS

1. Bacharel em Letras Neo-Latinas, pela Universidade Federal do Paraná - 1948.
2. Licenciada em Letras Neo-Latinas, pela Universidade Federal do Paraná - 1949.
3. Doutora em Didática Geral e Especial de Francês, pela Universidade Federal do Paraná - 1965.
4. Docente Livre em Lingüística Aplicada, pela Universidade Federal do Paraná - 1967.

IV - DISTINÇÕES

1. Bolsa de estudos concedida pelo Governo da França, por intermédio da Aliança Francesa de Curitiba - 1963.
2. Bolsa de estudos, concedida pelo Governo da França, por intermédio da Embaixada da França no Brasil - ano letivo de 1967.
3. Cidadã Honorária da Cidade de Imperatriz - MA., pelas atividades desenvolvidas durante o Projeto Rondon, naquela cidade, em 1972 - (por haver participado no Projeto Rondon).

V - CONCURSOS PARA O MAGISTÉRIO

1. De Títulos e Provas para o cargo de Professor de Ensino Médio (Licenciado) do Estado do Paraná, disciplina de Francês,

na qual foi aprovada em 1º lugar, dentro da-classificação geral - agosto de 1951.

2. De Títulos, Provas e Defesa de Tese, para o Doutorado e para o Livre Docência em Didática Geral e Especial de Francês, no qual foi aprovada com a média final 9,6 (nove e seis décimos) - novembro de 1965.

3. Concurso de provas, títulos e defesa de Tese ao cargo de Professor Titular da Universidade Federal do Paraná - Novembro 1977.

VI - ATIVIDADES PROFISSIONAIS

A. PRIMÁRIO

Diretora do Jardim de Infância do Grupo Escolar Custódio Raposo, Jacarezinho - PR. - 1942 a 1946.

B. ENSINO NORMAL - Escola Normal Nossa Senhora Aparecida - Passa Quatro - MG. - 1936 a 1939.

C. ENSINO SECUNDÁRIO

1. Professora de Francês - Colégio Estadual Rui Barbosa - Jacarezinho - PR. - 1940 - 1946.

2. Professora de Francês - Ginásio do Instituto de Educação - Curitiba - PR. - 1946 a 1952.

3. Professora de Francês - Colégio Estadual do Paraná - Curitiba - 1946 a 1972.

4. Coordenadora dos Professores de Francês - Colégio Estadual do Paraná - Curitiba - 1961 a 1965.

5. Presidente da Associação dos Professores de Francês do Paraná, no biênio 1965/1966.

D. ENSINO SUPERIOR

D1. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná.

1. Regente da Cadeira de Literatura Hispano-Americana, 1951 a 1953.

2. Professora da Cadeira de Literatura Portuguesa, 1953.

3. Professora de Ensino Superior de Didática Especial de Letras Clássicas e Neo-Latinas - 1945 a 1956.

4. Professora Adjunta da cadeira de Didática Geral e Especial de Francês de 1954 a 1971.

D2. Setor da Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Professora Titular - Departamento de Métodos e Técnicas da Educação.

2. Coordenadora e Professora do I Curso de Especialização em Métodos e Técnicas da Aprendizagem - 1972 a 1973 - Duração 360 horas.

3. Coordenadora e Professora do II Curso de Especialização sobre Métodos e Técnicas da Aprendizagem - 2/5/1973 a 2/2/74 - Duração: 360 horas.

4. Coordenadora do Laboratório de Treinamento de Professores, 1972 a 1973.

5. Coordenadora do III Curso de Especialização em Métodos e Técnicas da Aprendizagem - 2/5/1974 a 2/2/1975 - Duração - 900 horas.

D3. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas) de 16 de maio de 1976 até 25 de abril de 1986, data de sua aposentadoria.

1. Professora Titular da disciplina de Linguística Aplicada ao Ensino.

D4. No Setor de Ciências da Saúde, (Pós-Graduação) - Curso de Pós-Graduação em Pediatria Nível de Mestrado:

1. Tecnologia Docente (Didática Médica) - Oito cursos com a duração de 120 horas cada um. Anos letivos - 1976 a 1980 e 1982 - 1984 e 1985 (Total oito cursos).

E. CURSOS MINISTRADOS E CONFERÊNCIAS PROFERIDAS

1. Planejamento do Ensino - Colégio Estadual do Paraná, de 14/08/61 a 30/09/61.

2. Didática Geral e Especial de Francês:

a) Universidade Volante - Londrina - PR., 1962 - Duração: 40 horas.

b) Universidade Volante - Jacarezinho PR., 1963 - Duração: 40 horas.

3. Círculo de Estudos - Problemas de Ensino e Aprendizagem, Associação de Pais e Mestres do Colégio Sacré Coeur de Marie - 1963 a 1967.

4. Círculo de Estudos: Educação dos Filhos - Escola de Pais de Curitiba, anos 1966 - 1967.

5. Didática Especial de Francês:

a) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.

b) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio.

c) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, junto com o Professor Jean-Louis Nalandin - Conselheiro Cultural da Embaixada da França no Brasil, nos meses de março, abril e maio de 1968.

6. Didática Geral e Especial de Francês, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - PR., julho de 1970 - Duração 60 horas.

7. Tecnologia da Educação, conferências proferidas na Faculdade de Educação do Paraná, 1971.

a) Licenciandos em Pedagogia - maio - 1973.

b) Licenciandos em Letras - junho - 1973.

c) Licenciandos em História - junho - 1973.

d) Licenciandos em Ciências Sociais - junho - 1973.

8. Treinamento de Professoras pela Técnica de Microensino

8.1 - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná - 1972 - Duração 40 horas.

8.2 Escola Técnica Federal do Paraná - junho de 1972 - Duração: 60 horas.

8.3 Colégio Estadual do Paraná - Patrocínio da FUNDEPAR - outubro de 1972 - Duração: 60 horas.

8.4 Secretaria da Educação e Cultura do Paraná para Professores de Línguas Estrangeiras Modernas - novembro de 1972 - Duração: 60 horas.

8.5 CAMPUS AVANÇADO (Projeto Rondon) Imperatriz - MA. para 105 professores da região, nas áreas de Comunicação e Expressão (Português) Línguas Estrangeiras Modernas (Francês e Inglês), Ciências Sociais, História, Ciências Naturais e Matemática, de agosto a dezembro de 1972. Duração: 300 horas.

8.6 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel - PR. - setembro de 1974 - Duração 60 horas.

8.7 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

a) I Curso de Treinamento pelas Técnicas Microensino e CVI, Curitiba, dezembro 1975 - Duração: 60 horas.

b) II Curso de Treinamento - Curitiba, fevereiro de 1976 - Duração 60 horas.

c) Treinamento para Multiplicadores da Técnica do Microensino - Terezinha - PI, outubro 1976 - Duração 60 horas

d) Avaliação dos resultados do Treinamento realizado em Terezina - PI, em Natal - RN. e Recife - PE - Agosto de 1977.

e) Treinamento para Multiplicadores - Técnica do Microensino - Vitória - ES. - agosto 1977 - Duração: 60 horas.

8.8 Curso de Aperfeiçoamento em Métodos e Técnicas de Ensino promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - CAPES, em convênio com a Universidade Federal do Paraná - 8 de janeiro a 6 de fevereiro de 1975 - Duração: 180 horas.

8.9 Curso de verão para professores de Letras, da Universidade de Besançon - França - julho de 1977 - Duração: 60 horas.

9.0 Treinamento para Multiplicadores, SENAC - São Paulo - SP. - julho de 1978 - Duração 60 horas.

9.1 Treinamento para Multiplicadores, SENAC - Porto Alegre - RS. - fevereiro de 1978 - Duração 60 horas.

9.2 Treinamento para Multiplicadores, SENAC - Foz do Iguaçu - PR. - março de 1978 - Duração 60 horas.

9.3 Treinamento para Multiplicadores, SENAFOR - São Paulo, SP. - dezembro 1979 - Duração: 60 horas.

9.4 1. Curso de Treinamento para Professoras da Universidade Federal do Paraná,

pelo Projeto PADES, 17/09/79 a 1º/10/79 - Duração: 60 horas - Emprego das Técnicas do Microensino e Comportamento Verbal Intensivo (C.V.I.).

9.5 II Curso de Treinamento para professores da Universidade Federal do Paraná, promovido pelo PADES, 17/10/79 a 31/10/79 - Duração: 60 horas.

9.6 Cursos de Treinamento para professores de Educação Física - 3 cursos - anos 80, 81 e 82 - Duração de cada curso: 60 horas.

9.7 Treinamento para Professoras da Faculdade Tuiuti - 5 cursos nos anos: 81, 82, 83, 84 e 85 - Carga horária - 60 horas.

9.8 Curso de Capacitação Docente pelas Técnicas do Microensino e Comportamento Verbal Interativo, para professores da Faculdade de Guarapuava - janeiro de 1986 - Carga horária 60 horas.

9.9 Curso de Capacitação Docente pelas Técnicas do Microensino e Comportamento Verbal Interativo para professores da Faculdade de Joinville - julho de 1985 - carga horária: 60 horas.

F. PESQUISAS EDUCACIONAIS

1. A frequência da leitura em várias classes sociais, com a participação dos licenciados do Curso de Letras, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná - ano 1958.

2. A aprendizagem do Francês no Curso Primário, com a participação dos alunos de Didática Especial de Francês, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, no Grupo Escolar Júlia Wanderley, Curitiba - 1962.

3. A aprendizagem do Francês no Curso Pré-Primário, com a colaboração dos professores da Faculdade de Letras, no Jardim Anjo da Guarda - Curitiba - 1969.

4. Formação intensiva do professor pela Técnica do Microensino - 1972.

5. Curso da deficiência na formação dos professores, nas classes de alunos do Setor de Educação - 1973.

6. Formação do Professor para o Ensino de Primeiro e Segundo Graus - 1973.

7. Avaliação Sistemática do Ensino de Terceiro Grau.

8. Qualidade do Ensino no Curso de Letras.

G. RELAÇÃO DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS:

1. Consideração sobre a Explicação de um Trecho Literário, Revista Secundária, n. 5 - Rio de Janeiro - 1958.

2. O Objetivo Cultural no Ensino de Línguas Vivas, Revista Letras, n. 11 - 1960, págs. 215-220.

3. Os Meios Auxiliares Audiovisuais no Ensino de Línguas Vivas, Tese para o concurso à Livre Docência em Didática Geral e Especial - Curitiba - 1965.

4. **Noções de Didática Geral**, Editora dos Professores - Curitiba - 1976.
5. **Os Exercícios Estruturais no Ensino de Línguas** - Revista "Letras", n. 19 - 1971.
6. **A Tecnologia da Educação**, Revista Magistério, n. 3, maio de 1971.
7. **Projeto para o Centro de Línguas do Estado do Paraná**, elaborado para a Secretaria de Educação e Cultura - 1972.
8. **Treinamento em Microensino** - Imprensa da Universidade Federal do Paraná - 1973 - pág. 144.
9. **Psicolinguística e Ensino de Línguas**, Revista Letras, n. 23 - 1975 - págs. 125 a 134.
10. **Resenhas in Revista "Letras"** - n. 23 - 1975.
 - a. ALBANESE, Carolina Nassi - Il Significato del Gattopardo - Curitiba, 1974.
 - b. SOIFER, Miguelina - San Juan de la Cruz y Valéry; hacia una teoría de la expresión Mística - poética - Curitiba - 1974 - Tese.
11. **A Expressão Falada e a Escrita no ensino de Línguas**, Revista Letras, n. 24 - 1975 - pg. 211 a 218.
12. **O Ensino de Línguas Estrangeiras**, Revista Letras, n. 25 - 1976 - págs. 231 a 244.
13. **Uma Concepção no Ensino de Línguas estrangeiras**, Curitiba, 1977 - Tese de concurso ao cargo de Professor Titular.
14. **Perspectivas para o ensino de Línguas Vivas**, Revista Estudos Brasileiros, publicação semestral do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal do Paraná, ano 3, n. 5 - volume 3, 1978.
15. **Anteprojeto para um Centro de Línguas**, Revista Estudos Brasileiros, ano 5, n. 10, volume 5 - 1980, págs. 123 a 130.
16. **Uma Dissertação de Mestrado** - Revista Letras, n. 29 - 1980 - págs. 189 a 197.
17. **O Ensino na Era Tecnológica** - Tese apresentada na Universidade de Mac Affe - New Jersey - USA, 1985.
18. **Microensino e Comportamento Verbal Interativo** - Curitiba - Imprensa universidade da universidade Federal do Paraná - 1980, pág. 46.

H. PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES JULGADORAS E EM BANCAS DE CONCURSO

1. Concurso para o provimento no cargo de Professor de Ensino Médio (Licenciado) do Estado do Paraná, matéria - francês - 1964.
2. Concurso para o cargo de Professor Assistente:
 - 2.1 No Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná:
 - a. Didática Geral e Especial
 - b. Didática Geral e Especial de Francês
 - c. Princípios e Métodos de Orientação

Educacional - Dez. 1972.

- 2.2. No Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná,
 - a. Literatura Brasileira - março - 1977.
- 2.3 No Setor de Educação - abril de 1977:
 - a. Princípios e Métodos da Administração Escolar.
 - b. Estrutura e Funcionamento da Escola de Primeiro e Segundo Graus.
 - c. Administração Escolar da Escola de Primeiro Grau.
 - d. Administração da Escola de Segundo Grau.
 - e. Currículo e Programas de Primeiro Grau.

3. Dissertação de Mestrado:

No curso de Pós-graduação em Educação: "As interferências do Microensino no Comportamento Verbal Interativo do Professor e do Aluno - Universidade Federal do Paraná - agosto de 1977.

4. Concurso à Livre Docência

- 4.1 Literatura Espanhola, dezembro de 1974.
- 4.2 Literatura Italiana, dezembro de 1974.
- 4.3 Literatura Portuguesa, dezembro de 1976.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É lida e aprovada a ata.

Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente concede a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado inscrito, Fuad Nacli. (Pausa).

No Grande Expediente, o Senhor Presidente concede a palavra, ao Senhor Deputado do Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, eu pretendia fazer hoje o meu discurso de despedida da Casa e da vida pública, mas em virtude da convocação, eu solicito a Vossa Excelência que transfira a minha inscrição para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Atendido.

Concedo a palavra, no Horário das Lideranças, à representação do PFL. (Declina)

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PDS. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PDT. (Declina)

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PTB. (Declina).

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem). Senhor Presidente, eu tinha me inscrito para falar no Pequeno Expediente, mas como esta Casa vai ser convocada e deixando a Lide-

rança do Partido Trabalhista Brasileiro, eu farei, se Deus quiser, na próxima semana, o meu pronunciamento da tribuna deste Poder.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Representação do PCB. (Declina)

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PL. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PMDB. (Declina).

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem)

Eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse à Casa, pelo fato de que o processo que está na pauta da Ordem do Dia sob o n. 6, foi aprovado em 1ª Discussão em data de ontem, e consta aqui na Ordem do Dia como em 3ª Discussão.

Eu gostaria que a Casa esclarecesse se foi um lapso de datilografia.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Informo a Vossa Excelência que realmente, foi um lapso. O projeto está em 2ª Discussão. Será retificado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 193/85, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE ASSAÍ, com sede e foro na Cidade de Assaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 265/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IRETAMA, com sede no Município de Iretama e foro no Município de Campo Mourão. Com PA-

RECER FAVORÁVEL da CCJ por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 144/86, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que altera o nome do Distrito de Nova Esperança, localizado no Município de Enéas Marques, para NOVA ESPERANÇA DO SU-DOESTE, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 185/86, de autoria do PODER EXECUTIVO - (Mensagem n. 103/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cidade Gaúcha, as datas de terras urbanas ns. 2 e 3, da Quadra 78, situadas na cidade do mesmo nome e que se encontram registradas sob os ns. R.3/3.075 e R.3.076, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovada.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 242/86, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de utilidade pública, a TENDA DE UMBANDA CABOCLO TIRA-TEIMA, nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 274/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 152/86), que dispõe sobre a carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado, organizando-a em três categorias docentes, compostas de onze referências e com os vencimentos que especifica. Visa, ainda, estabelecer critérios para enquadramento dos atuais integrantes do Ensino Superior na nova estrutura e para a realização de promoções de uma para outra categoria docente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E., à EMENDA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N. 274/86.

Acrescente-se onde couber:

"Artigo ... - Acrescenta parágrafo único ao artigo 22, da Lei n. 7771, de 14 de dezembro de 1983.

Parágrafo Único - Qualquer proposta de alteração no Fundo deverá ser submetida à análise prévia do Conselho Deliberativo,

cujo parecer será emitido mediante cálculos atuariais".

Sala das Sessões, em 04.12.86.

(a) TRAJANO BASTOS

Apoio: Tércio Albuquerque, Artagão Mattos Leão, Tadeu Lúcio Machado, Erondy Silvério, Wilson Fortes.

Emenda. - Aprovada.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando dispensa da discussão e votação da Redação Final, para todos os projetos aprovados em 3ª Discussão, na sessão do dia 03 do corrente e nas subseqüentes, no período ordinário, e que não sofreram emendas nas suas tramitações. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações por ter sido contemplado com o Prêmio RBDE de Jornalismo Econômico, o Jornalista Widson Schwartz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de Telex ao Senhor Ministro da Fazenda, encarecendo o imediato tabelamento das taxas de juros. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Mário Pereira, José Antônio Fonseca, Dirceu Manfrinato e outros, solicitando a transcrição nos Anais desta Assembleia, da Carta de Intenções, enviada ao Senhor Ministro da Agricultura. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Jornal "O Paraná", do Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela inauguração da linha entre Curitiba e Porto Velho, em Rondônia, à EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes de Passageiros e Turismo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo 32º aniversário de emancipação política do Município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo 23º aniversário de emancipação

política do município de Nova Cantu. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo 23º aniversário de emancipação política do Município de Mariluz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelos 31 anos de emancipação política do Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo 24º aniversário de emancipação política do Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor - Presidente da COPEL, por intermédio da Casa Civil, encarecendo a construção de sede própria para a agência do Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando a ampliação das instalações da Escola Estadual Vinícius de Moraes - Ensino de 1º Grau, do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) Senhor Presidente. De acordo com a bancada, os Deputados Fuad Nacli, Francisco Escorsin e nós, indicamos o Deputado Erondy Silvério como nosso líder. Queria saber de Vossa Excelência se a indicação já está sacramentada.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Já está aprovada.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) Eu perguntaria a Vossa Excelência, se o Projeto de Lei n. 274/86, consta da Ordem do Dia da sessão de amanhã, pois não ouvi com clareza.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É o primeiro projeto da Ordem do Dia de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 05, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

274/86

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução ns. 103/86 a 110/86.

A Mesa comunica aos Senhores Deputados que amanhã haverá a sessão de encerramento deste período legislativo, à hora regimental.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Pediria a esta Casa que me fornecesse a Ata das sessões de ontem e de hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será atendido.

Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES MÁRIO PEREIRA, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, DIRCEU MANFRINATO, E OUTROS, EM SESSÃO DO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 1986.

"FAEP"

Federação da Agricultura do
Estado do Paraná
Curitiba, 02 de dezembro de 1986.

Excelentíssimo Senhor
Doutor IRIS REZENDE MACHADO
Digníssimo Ministro de
Estado da Agricultura

Senhor Ministro:

A agricultura brasileira pede Justiça! E o faz, não em nome da sua própria sobrevivência, mas sobretudo, porque têm consciência de sua responsabilidade social, quer como produtora de alimentos e matérias-primas, quer como fonte geradora de empregos e de divisas - elementos, sem dúvida alguma, indispensáveis no esforço que se faz para dar a este País uma democracia com justiça social e para construir sua recuperação econômica.

Nunca, como agora, a agropecuária nacional sofreu uma crise tão aguda e de reflexos tão profundos.

O otimismo quanto ao seu futuro verificado nos primeiros dias do Plano Cruzado, em fevereiro, e a euforia quando do anúncio do Plano de Metas, em julho, vêm sendo substituídos pela perplexidade e pelo desânimo dos produtores rurais.

Desde então, as medidas governamentais para o setor agropecuário colidem com as promessas do Governo e, mais do que isso, chocam-se também com as mais elementares normas de qualquer política que vise dar o mínimo de segurança à atividade agrícola.

As regras do jogo mudam segundo as circunstâncias de cada momento.

O produtor planta, eventualmente, estipulado pelo preço mínimo. Insiste na

atividade mesmo sabendo dos riscos de amargos prejuízos. É vítima, depois do plantio, de injustificados parcelamentos no pagamento de produtos que entrega ao Governo. Tem seus custos de produção elevados pela alta abusiva e ilegal dos insumos, embora nada possa fazer contra o congelamento a que estão submetidos os produtos que colhe.

O exemplo mais gritante das pesadas distorções deste quadro se concretiza no caso da pecuária leiteira, que simplesmente vem sendo condenada à morte pela insensibilidade. Não se compreende a atitude do Governo de manter os preços do leite congelados nos atuais níveis, reconhecidamente defasados.

Não se entende, também, porque o Governo insiste em continuar submetendo, indefinidamente, a população, à constrangedora situação das filas do leite - um produto que, por sua importância nutricional, especialmente para a infância, deveria ter seu abastecimento normal garantido.

Os exemplos do abandono a que está submetida a agricultura se repetem sobre muitos outros produtos e fatores. É o caso típico do parcelamento no pagamento do trigo, somados aos atrasos no resgate de parcelas vencidas. É o caso da liberação dos preços dos insumos sem a essencial contrapartida nos preços de comercialização dos produtos agrícolas. É o caso do atraso ou até mesmo da inexistência de crédito para investimento ou custeio das lavouras. É o caso da não definição, quase seis meses após o prazo ideal, do Valor Básico de Custeio (VBC) da safra cafeeira.

Estes são os exemplos mais emergenciais que vimos enfrentando. Mas, não podemos nos furtar do registro de preocupações com o futuro, como a provável elevação das taxas de juros do crédito rural. Ou, ainda, a também aventada fórmula de parcelamento das AGF da próxima safra. Ou, mais ainda, quanto aos sistemas de reajustes dos preços mínimos.

É por todos estes motivos que a agropecuária de todos os Estados brasileiros se une para pedir justiça. Une-se para colocar-se a postos e colaborar com as autoridades interessadas na salvação da economia nacional. Une-se para pedir a oportunidade de assentar-se à mesa de negociações com o Governo, para discutir os problemas que não são apenas da agropecuária, mas de toda a sociedade brasileira.

A agropecuária nacional está disposta a perseguir com determinação os objetivos contidos no "Plano de Metas para a Agricultura" - ou seja, o de alcançar um crescimento anual da ordem de sete por cento.

Para isso, precisa de apoio. Precisa ser reconhecida em sua importância. Precisa de justiça.

Senhor Ministro:

A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira se reúne, nesta data, em Curitiba, para formalizar e subscrever esta "CARTA DO PARANÁ" - fruto de reflexões das entidades rurais que a compõem. São análises e sugestões que consideram pertinentes ao atual momento e que esperam ser objeto de sério interesse por parte do Governo.

Continuamos, Senhor Ministro, na expectativa de poder participar.

Queremos colaborar para o encontro de soluções.

Podemos alcançar, em conjunto, o ponto de equilíbrio entre os interesses divergentes.

Acreditamos que o êxito do Plano Cruzado e dos ideais de recuperação da economia brasileira repousem na agropecuária brasileira. É preciso apenas que se lhe faça justiça.

"CARTA DO PARANÁ"

A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, em nome dos produtores e trabalhadores rurais, vêm à presença do Governo Federal, demonstrar as graves dificuldades enfrentadas hoje, por esse importante segmento da economia nacional e, exigir providências para a correção das distorções existentes porquanto, forçosamente, comprometerão, a curto e médio prazos, o tão esperado aumento da produção para suprir as necessidades nacionais, assim como a geração de divisas de que tanto o País necessita, através da exportação de excedentes. As propostas constam do Plano de Metas do Governo que o estabeleceu e não o está cumprindo.

1) CRÉDITO RURAL

A agricultura encontra-se, mais uma vez, apreensiva com a falta de recursos para custeio, investimentos, comercialização que, sem dúvida, comprometem a presente safra, pois, a atividade não suportará as elevadas taxas de juros praticadas no mercado. Para melhor visualizar a situação crítica quanto ao crédito rural, apresentamos os problemas assim como as propostas da classe rural.

2) CRÉDITO DE CUSTEIO

Constata-se, mais uma vez, a crônica falta de recursos para custeio agrícola, pois, estamos em pleno plantio da safra de verão 1986/87 e os Agentes Financeiros não têm os recursos necessários para suprir o setor, dentro das taxas de juros de crédito rural. Os produtores rurais estão sem alternativas quanto à utilização de financiamentos para custeio de suas lavouras, tendo em vista que as taxas de juros de

mercado praticadas pelos bancos inviabilizam qualquer atividade rural, pois elas se encontram em níveis muito elevados, atingindo hoje os patamares de 85 a 135 por cento ao ano.

Em outros problemas detectados e que vêm preocupando a classe rural, destaca-se a discriminatória barreira imposta aos produtores iniciantes na atividade, assim como aos pequenos produtores, tendo em vista que os bancos, na maioria dos casos, só financiam aqueles que já possuem cadastro bancário.

Outro agravante, é o fato de que, segundo informações, o Banco do Brasil, por falta de repasse de recursos do Tesouro, interrompeu o recebimento de novas propostas de financiamento de crédito rural para a safra 1986/87. Essa atitude causará prejuízos inestimáveis às regiões onde se iniciam o plantio da safra de verão.

Em função do atraso na formalização dos financiamentos de recursos, muitos produtores que utilizaram recursos próprios para iniciarem as suas atividades, tiveram consideráveis prejuízos em consequência de fatores climáticos adversos e, especialmente, porque não puderam se beneficiar com a cobertura do PROAGRO.

PROPOSTAS:

a. O Governo Federal deve liberar, de imediato, os recursos destinados ao custeio agrícola, para evitar que se avolume, ainda mais, a redução da área cultivada e se comprometa a produtividade. Em função dessa falta, grande número de produtores ainda não conseguiu retirar nem a primeira parcela do financiamento contratado, o que poderá comprometer a sua safra devido ao atraso do plantio e à redução na aplicação dos insumos necessários.

b. O Conselho Monetário Nacional deve aprovar, com urgência, as propostas apresentadas pelo IBC, quanto ao Valor Básico de Custeio para o café.

B: CRÉDITO COMPLEMENTAR

Como os Valores Básicos de Custeio não cobrem as despesas efetivas, os produtores são obrigados a financiar os recursos complementares às taxas de juros de mercado, cujos níveis praticados, atualmente de até 135% ao ano, inviabilizam a atividade rural.

PROPOSTA:

As autoridades governamentais devem fixar uma taxa de juros para o crédito complementar, para a presente safra, em níveis que a atividade rural possa suportar.

C) CRÉDITO DE INVESTIMENTO

Nota-se também, a quase inexistência de recursos para crédito de investimento. Com o advento do Plano Cruzado, que, entre outras medidas, eliminou a correção monetária, o ruralista teve ânimo para investir em sua propriedade e tem procurado obter créditos para este fim, visando a reposição de suas máquinas, na maioria sucateadas pelo uso continuado. As respostas recebidas dos bancos, porém, é sempre a mesma: "Ainda não chegou recurso para investimentos".

PROPOSTA:

O Governo deve liberar, com a maior brevidade possível, os recursos destinados ao pagamento de máquinas e equipamentos já autorizados pelos bancos, para a correção dos solos e armazenagem, entre outros.

D) TAXAS DE JUROS PARA O CRÉDITO RURAL APÓS 28.02.87

A implantação do Plano de Estabilização Econômica trouxe outra preocupação aos produtores rurais, pois, com a sistemática aprovada de que as taxas de juros para o crédito rural, a partir de 28.02.87, será com base na taxa anual de captação do sistema bancário para 180 dias, com rebate de 10 pontos de percentagem, nos níveis em que hoje se encontram, será a falência total da agropecuária brasileira se estes custos não forem repassados ao preço final dos produtos agrícolas.

A taxa média de captação dos últimos seis meses, junho a novembro, foi de 38%. Entretanto, a persistir a situação atual de captação a níveis de 100% ou mais, até fevereiro a taxa média, que será o parâmetro para nova taxa de crédito rural, será de 90%. A uma taxa referencial de 90%, com rebate de 10%, os juros de crédito rural seriam de 80%, a qual inviabilizará totalmente o setor rural brasileiro.

PROPOSTAS:

a. Manter, a partir de 28.02.87, a taxa de juros de 10% ao ano, para custeio, investimento e comercialização.

b. Tabelar, imediatamente, a taxa de juro do crédito complementar, em níveis compatíveis com a agropecuária.

2) TRIGO

A) PAGAMENTO DA COMPRA PELO GOVERNO

Os triticultores foram surpreendidos pelo Governo com a estranha decisão de parcelar o pagamento de suas aquisições - que, diga-se de passagem, são exclusivas dele, Governo, em cinco prestações. Como se isso não bastasse, verifica-se o injus-

tificável atraso no resgate destas parcelas, muito embora o produto já tenha sido entregue.

Com o atraso nestes resgates, o Governo está sendo duplamente beneficiado. Em contrapartida, o triticultor, desalentado, se vê duplamente penalizado: ele é obrigado a pagar juros sobre o custeio da safra e arca também, com o atraso do recebimento das Notas Promissórias que, supostamente, deveriam significar o seu lucro.

PROPOSTAS:

a). Pagamento imediato do trigo já entregue.

b). Que o governo determine a suspensão da cobrança de juros da conta crédito rural, quando da entrega da relação dos produtores e a emissão do certificado de depósito, assim como crédito na conta do produtor, dos juros cobrados indevidamente.

c). Ressarcimento das despesas de armazenagem a partir da emissão do certificado de depósito.

B) SAFRA 1987

Os triticultores necessitam conhecer as normas do VBC, preço de garantia, forma de aquisição, etc., da próxima safra de trigo, no mínimo 90 dias antes do plantio, para que possam analisar a viabilidade econômica da atividade.

PROPOSTAS:

a. O Governo Federal deve ouvir os representantes quando da discussão das normas que nortearão a atividade no próximo ano. Deve fixar o preço e VBC do trigo com base nos levantamentos de custos reais, elaborados pelas entidades.

b. Que todos os produtores sejam financiados em 100% do VBC, independente de sua classificação.

c. Seja estendida a cobertura através do PROAGRO às lavouras implantadas com recursos próprios.

d. Que a forma de aquisição pelo Governo volte ao sistema anterior, ou seja, o pagamento à vista.

e. Que as normas, após estabelecidas, não sejam alteradas.

3) LEITE

O leite é um dos produtos mais penalizados com a implantação do Plano Cruzado, pois teve seu preço congelado quando estava praticamente autorizado o novo reajuste. Mesmo com o subsídio concedido pelo Governo, a situação se agravou, tendo em vista que o preço recebido pelo produtor estava muito abaixo dos custos de produção. As conseqüências estão presentes em função dessa disparidade, pois falta pro-

duto em todo o País.

PROPOSTAS:

- a) O Governo deve reajustar, de imediato, o preço do leite, de acordo com os valores apresentados pela classe rural brasileira, ou seja, Cz\$ 4.10 a nível de produtor. Se o percentual a ser concedido pelo Governo for abaixo do proposto, teremos, sem dúvida, o colapso da pecuária leiteira nacional.
- b) Dar continuidade ao alinhamento dos preços dos produtos lácteos, tabelando-os por tipos e não por marcas.
- c) Incluir no controle de preços do Conselho Interministerial de Preços - C.I.P. todos os tipos de queijo.
- d) Permitir a utilização de leite concentrado e/ou reidratado no empacotamento de leite com 3% de matéria gorda, e em igualdade de preço com o leite tipo "C".
- e) Fixar para o leite pasteurizado magro (2% de matéria gorda) - reconstituído ou não - a mesma margem de intermediação atribuída ao leite Tipo "C".
- f) Divulgar as necessidades do Governo para o ano de 1987, destacando as metas do programa de leite para as crianças carentes, Estado por Estado; e,
- g) Combater, de forma eficaz e efetiva, as fraudes que estão sendo praticadas no empacotamento dos vários tipos de leite líquido.
- h) Aplicar, de imediato, as "Sugestões de Política para a Ação Governamental", elaboradas pela Comissão Interministerial para o setor leiteiro.

3-A) CARNE

Há uma evidente contradição entre o aumento do poder aquisitivo da população. A diminuição do rebanho bovino nacional, da ordem de 0,2% nos últimos cinco anos, e o congelamento do preço da carne, a níveis deprimidos, baseados no pico da safra de 86. A combinação destes três fatores resultou num quadro agudo de falta do produto que, necessariamente, não precisa repetir-se ou mesmo agravar-se.

PROPOSTAS:

- a. Que seja reexaminado o problema, visando uma adequação de preços à realidade atual.
- b. Que sejam imediatamente planejadas e dimensionadas as necessidades da próxima entressafra, para evitar as indesejáveis medidas de última hora.
- c. Que seja adequado um Plano Nacional de Apoio à Produção, a partir das conclusões da Comissão Interministerial designada para este fim.

4) POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS

A Política de Preços Mínimos necessita de uma definição. Com a implantação do Plano Cruzado, os preços mínimos se tornaram preços máximos, tirando todas as expectativas dos produtores de obterem melhor remuneração pelos seus produtos. Quando da sua fixação, deve-se observar os custos reais de produção, a fim de não se penalizar aqueles que contribuem para produzir os alimentos necessários à população.

Para conhecimento, apresentamos a flutuação de preços de alguns insumos utilizados no setor, no Paraná, após a fixação dos preços mínimos, assim como as alterações nos custos de produção nas regiões Sul/Sudeste e Centro-Oeste do País, que demonstra, mais uma vez, que os preços não estão congelados como proclama o governo. Estes aumentos vêm onerar ainda mais os produtores, tendo em vista que os preços mínimos já estão definidos.

Tabela n. 1 - Preços dos insumos utilizados na agricultura do Paraná:

ÍNDICE	PREÇOS		
	agosto Cz\$	novembro Cz\$	acréscimo %
mão-de-obra (diária)	50,00	80,00	60,0
Fertilizantes (kg)			
04-30-10	3,18	3,30	3,8
uréia	2,95	3,10	5,1
05-30-10	3,27	3,40	4,0
22-00-00	2,00	2,30	15,0
Inseticida			
Furadan	211,72	250,00	18,1
Omite	197,55	217,00	9,8
Sevin	113,00	116,00	2,7
Herbicidas			
Bi-hedonal	63,23	77,50	21,8
Basagran	202,13	216,00	6,9
Trifluralina	89,19	80,19	0
Fungicidas			
Cercobim	206,00	216,00	4,9
Maneb	52,13	52,13	0

FONTE:SEAG/DERAL

Tabela n. 2 - Variação dos custos de produção de 1.º de agosto até 30 de novembro.

PRODUTO	Região	
	Sul/Sudeste	Centro-Oeste
ALGODÃO	28,7	30,0

ARROZ SEQUEIRO	11,3	6,1
FEIJÃO	24,9	-
MILHO	8,2	5,3
SOJA	6,8	7,1

FONTE: OCB

PROPOSTAS:

a) Que seja definido, com urgência, o Índice de Preços Pagos pelo Produtor - IPP.

b) Que os preços de todos os produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos sejam corrigidos mensalmente pelo IPP.

c) Quando da fixação dos preços mínimos, que sejam considerados os custos reais de produção, levantados pelas entidades representativas do setor.

d) Que seja considerado o limite de correção anual dos preços mínimos pelo IPP em 100% da sua variação.

e) Que seja aplicada, imediatamente, ao feijão a correção pelo IPP, pois, algumas regiões já iniciaram a colheita do produto.

f) Que seja autorizada, com urgência, a transformação dos EGF's em AGF's dos produtos cujos contratos já se encontram vencidos.

g) Que o Governo libere, imediatamente, recursos para que o produtor possa realizar as operações de EGF's e AGF's dos produtos da safra de inverno (aveia, centeio e cevada), assim como para a cultura de feijão da presente safra.

5) POLÍTICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE SAFRAS

Enquanto perdurar o atual congelamento de preços a nível de consumidor, o Governo será o grande comprador das safras agrícolas, caso contrário, o produtor ver-se-á forçado a vender abaixo do preço mínimo.

Os estoques de intervenção e as importações precisam ser bem administradas. O Governo terá que respeitar uma faixa de variação de preços dentro do ano que possibilite ao produtor também auferir lucros.

PROPOSTAS:

a) Que a aquisição da safra de verão e a retirada das barreiras para o funcionamento dos juros só onerem os produtores rurais.

b) Que as importações ocorram estritamente dentro das necessidades reais.

c) Que, quando da discussão da política de importação e exportação de produtos agrícolas, seja ouvida a classe rural.

d) Que regras claras e definidas sejam estabelecidas com a devida oportunidade, com vistas à estabilização da produção de

alimentos no País.

6) INSUMOS

A falta de insumos, assim como a não observância do congelamento dos seus preços, deverá comprometer a produtividade da atual safra e elevar os custos de produção, com grandes prejuízos para o produtor.

PROPOSTA

Que o Governo, em consonância com as classes produtoras estabeleça prioridades e políticas, objetivando um atendimento satisfatório do setor produtivo.

7) OUTRAS PROPOSTAS PARA AJUSTE DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Para ajustar a Política Agrícola normatizada no plano de metas, necessita-se ainda, para reduzir os efeitos negativos que vêm desestruturando o setor, as seguintes medidas:

PROPOSTAS:

a) Autorização para o funcionamento das Cooperativas Centrais de Crédito Rural e a retirada das barreiras para o funcionamento das Cooperativas, assim como o apoio do Governo à capitalização da agricultura, via seu próprio sistema de crédito.

b) Que seja acelerada a normatização da Caderneta de Poupança Rural (Caderneta Verde) e, autorizando o BNCC, da mesma forma que o Banco do Brasil, a participar no gerenciamento dessa Caderneta.

c) Que seja desconsiderado o evento seca do ano agrícola 1985/86, para efeito da definição da taxa progressiva do PROAGRO nesta safra 1986/87.

d) Que o Governo proceda a privatização do BNCC com sua destinação ao sistema cooperativo de crédito.

Estas são algumas das preocupações vivenciadas pelo setor agrícola brasileiro que, se não forem sanadas em curtíssimo prazo virão, sem dúvida, comprometer o desenvolvimento tão esperado da agropecuária nacional.

Respeitosamente

(aa) PAULO CARNEIRO RIBEIRO

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná

ANTENOR BENI

Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

ARY FARIA MARIMON

Presidente da Federação da Agricultura
do Estado do Rio Grande do Sul

ANTÔNIO ERNESTO WERNA DE SALVO

Presidente da Federação da Agricultura
do Estado de Minas Gerais

GUNTOLF VAN KAICK

Presidente da Organização das
Cooperativas do Estado do Paraná

ROBERTO RODRIGUES

Presidente da Organização das
Cooperativas Brasileiras

FLÁVIO TELES DE MENEZES

Presidente da Sociedade
Rural Brasileira

MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DA FRENTE DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

ROBERTO RODRIGUES

Secretário Geral e Representante do
Setor Cooperativista

GUNTOLF VAN KAICK

Representante do Setor Cooperativista

ARY FARIA MARIMON

Representante do Setor Sindical

ANTÔNIO ERNESTO WERNA DE SALVO

Representante do Setor Sindical

FLÁVIO TELES DE MENEZES

Representante das Sociedades Cívicas

JOÃO GILBERTO RODRIGUES DA SILVA

Representante das Sociedades Cívicas

MÁRCIO LACERDA

Representante das Comissões de
Agricultura da Câmara dos Deputados
e Senado Federal

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 29.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1986.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Edgard Pimentel.

Às dez horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielise Crysóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dona-

to Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 103/86 (Mensagem n. 146/86 - ex-Proposição n. 144/86) oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, das datas e com os objetivos adiante mencionados. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 104/86 (Mensagem n. 148/86 - ex-Proposição n. 146/86) oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC - e os Municípios adiante mencionados. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 105/86 (Mensagem n. 150/86 - ex-Proposição

n. 149/86) oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 15.09.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Floraí, objetivando a realização do IV Encontro de Sericultores EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 106/86 (Mensagem n. 144/86 - ex-Proposição n. 143/86) oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 24.09.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Receita Federal, objetivando a implantação do Programa de Educação Tributária. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 107/86 (Mensagem n. 147/86 - ex-Proposição n. 145/86) oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e os municípios adiante mencionados, com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 108/86 (Mensagem n. 149/86 - ex-Proposição n. 147/86) oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 20.08.86, entre o Estado do Paraná,

através das Secretarias de Estado do Planejamento e da Agricultura, e a SUDESUL, objetivando a execução de atividades de orientação técnica para prevenir e controlar a erosão do solo rural, no Noroeste do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 109/86 (Mensagem n. 151/86 - ex-Proposição n. 150/86) oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 22.09.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e o Município de Guaraci, objetivando a realização da IV EXPOGUAR - Exposição de Produtos Agropecuários de Guaraci. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 110/86 (Mensagem n. 92/86 - ex-Proposição n. 100/86) oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 12.02.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, a Rede Ferroviária Federal e o Município de Ponta Grossa, objetivando a construção de novas ligações e retirada das linhas que atualmente atravessam a Cidade de Ponta Grossa. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.